

19 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos portadores de deficiência devem declarar, no ponto 8.1 do formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma mencionado.

11 de novembro de 2016. — O Secretário-Geral do Ministério das Finanças, *Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues*.

210018106

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 14664/2016

Por despacho de 8 de julho de 2016 do Subdiretor-Geral da Área de Recursos Humanos e Formação, (por delegação de competências da Senhora Diretora-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência da Diretora-Geral da Administração Escolar, foi autorizada a mobilidade na categoria da assistente técnica Isabel Maria Costa Curado Freitas, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções nos Serviços Centrais, nos termos do disposto do artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de dezembro de 2016.

14 de novembro de 2016. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

210020009

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 14077/2016

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterados e republicados pela Lei n.º 128/2015, de 3 setembro, a comissão é constituída por um presidente, três a cinco vogais permanentes, um vogal não permanente por cada ministério, e respetivos suplentes, em número de dois, em exercício de funções em órgão ou serviço integrado no Ministério.

O vogal não permanente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deixou de estar integrado em órgão ou serviço deste e solicitou a sua substituição do cargo que vinha exercendo na CRESAP.

Assim torna-se necessário designar um novo vogal não permanente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aproveitando-se a oportunidade para designar também um dos suplentes.

Os vogais não permanentes e respetivos suplentes são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e daquele que detenha o poder de direção ou de superintendência e tutela sobre o serviço ou órgão a que se encontrem vinculados, pelo período de três anos, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da CRESAP.

Assim:

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, determina-se:

1 — Designar para exercer as funções de vogal não permanente do Ministério do Trabalho, Solidariedade, e Segurança Social, pelo período de três anos, Teresa Maria da Silva Fernandes, vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP.

2 — Designar para exercer as funções de vogal não permanente suplente do Ministério do Trabalho, Solidariedade, e Segurança Social, pelo período de três anos, Maria João Paula Lourenço, Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

3 — Estabelecer que os currículos das designadas são publicados e ficam disponíveis na página eletrónica da CRESAP (www.cresap.pt).

4 — Determinar que o presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

7 de novembro de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — 17 de novembro de 2016. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Carolina Maria Gomes Ferra*.

Nota Curricular de Teresa Maria da Silva Fernandes

1 — Dados Pessoais:

Nome: Teresa Maria da Silva Fernandes
Data de nascimento: 25 de agosto de 1966

2 — Formação académica e formação específica:

Licenciatura em Direito na área de Jurídico-Económicas pela Universidade de Coimbra (1991), frequentou a Universidade de Poitiers, Faculté de Droit et Sciences Sociales, Pósgraduada em Legística e Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Curso Avançado de Gestão Pública — CAGEP ministrado pelo Instituto Nacional de Administração, I. P.

Experiência profissional:

Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., desde junho de 2009; Entre março de 2005 e junho de 2009, desempenhou as funções de Adjunta do Secretário de Estado da Segurança Social; Entre junho de 2004 e março de 2005, desempenhou as funções de Coordenadora do Serviço de Assessoria Jurídica ao Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.; Entre janeiro de 2001 e março do mesmo ano e entre abril de 2002 e março de 2005 desempenhou as funções de Coordenadora Nacional do Apoio Judiciário; Entre janeiro de 2001 e março do mesmo ano e entre abril de 2002 e junho de 2004 desempenhou as funções de Assessora Especializada do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P.; Entre março de 2001 e abril de 2002 desempenhou as funções de Adjunta do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social; Entre novembro e dezembro de 2000 desempenhou as funções de Técnica da Comissão Instaladora do Instituto da Solidariedade e Segurança Social, I. P.; De outubro de 1991 a novembro de 2000, desempenhou as funções de Advogada; Nos anos letivos de 1997/98 a 2002 foi Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Nos anos letivos de 1995/96 a 1997 foi docente no Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa; Nos anos de 1993 e 1994, foi colaboradora na equipa de investigação do projeto “Administração de Justiça”, sob a direção do Professor Boaventura Sousa Santos, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Nota Curricular de Maria João Paula Lourenço

1 — Dados pessoais

Nome: Maria João Paula Lourenço
Data de nascimento: 20 de abril de 1957

2 — Formação académica e formação específica

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1980; Pós-Graduação em Integração Europeia — Dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa; Proficiency in English; Curso Avançado de Gestão Pública-CAGEP, ministrado pelo INA, em 2009.

3 — Experiência Profissional

Secretária-Geral do agora designado Ministério do Trabalho, Solidariedade, Emprego e Segurança Social, desde novembro 2010; Subinspetora-Geral na Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL), de julho de 2008 até novembro de 2010; Auditora-Chefe da Unidade de Apoio Técnico 2, do Departamento de Auditoria VIII — Sector Empresarial Autárquico, na Direção-Geral do Tribunal de Contas, de junho de 2002 até julho de 2008; Subdiretora-Geral no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE), de fevereiro de 1998 até junho de 2002; Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEALOT), de novembro de 1995 a janeiro de 1998; Coordenadora do Núcleo Administrativo e Financeiro (diretora de serviços) na Inspeção-Geral da Educação (IGE), de julho a novembro de 1995; Chefe de Divisão de Apoio à Gestão Financeira na Direção de Serviços de Finanças Locais na Direção-Geral da Administração Autárquica, agora DGAL, de setembro de 1987 até julho de 1995, e Técnica Superior de 1983 a setembro de 1987; Técnica Superior na Secretaria Regional da Administração Pública, nos Açores — de 1981 a 1983; Docente Universitária de Economia de 1988 a 1995, no Curso de Geografia da Universidade Clássica.

210031163